

8º Encontro da ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS
AT01 – Comunicação política e opinião pública

**Mídia e eleições: notas sobre a cobertura jornalística da
campanha presidencial de 2010 no Brasil**

Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha

Mídia e eleições: notas sobre a cobertura jornalística da campanha presidencial de 2010 no Brasil

Vitor Amorim de Angelo*

Resumo

O trabalho apresenta algumas idéias e resultados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a cobertura jornalística da campanha presidencial de 2010. Considerando o processo de individualização que são próprios da democracia de público e do sistema político majoritário, que confere um excessivo valor à pessoa do candidato, sobretudo em sistemas presidencialistas, nossa intenção é investigar o papel da mídia no processo político-eleitoral brasileiro no que se refere à recuperação e reelaboração da memória social sobre a ditadura militar – especificamente, sobre a participação de Serra e Dilma em movimentos de oposição ao Estado autoritário. Acreditamos que a mídia desempenhou um papel significativo para a difusão de certos elementos a respeito da biografia política dos dois principais candidatos a presidente e que foram utilizados na luta política travada desde a pré-campanha.

1. Introdução à pesquisa em desenvolvimento

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa interdisciplinar, que mobiliza temas e conceitos discutidos nos campos da História e da Ciência Política, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha a respeito da eleição presidencial de 2010 no Brasil¹. O

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (ES). E-mail: vitor.angelo@uvv.br.

¹ A pesquisa, intitulada *Disputa eleitoral e biografia política: um estudo sobre a eleição presidencial de 2010 no Brasil*, é financiada pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp) e conta com a participação dos alunos de Iniciação Científica Rodrigo Martinelli e Isabela Mendonça e do assistente de pesquisa Gerson Constância Duarte.

estudo é um desdobramento da pesquisa anteriormente desenvolvida pelo autor (Angelo, 2011) sobre a relação entre a ditadura militar brasileira e os grupos de esquerda que aderiram à luta armada nos anos 1960-70 e sua repercussão na memória social construída mais recentemente acerca desse período histórico.

Nas últimas décadas, a luta armada no Brasil e a memória social a respeito da ditadura e dessa forma de oposição ao Estado de exceção (Agamben, 2003) instalado em 1964 têm sido objeto da atenção de historiadores e cientistas sociais (Ridenti, 2001), sobretudo pela ótica dos direitos humanos e do direito à verdade e à memória. Afinal, tendo sido a forma de luta que mais longe chegou em termos de ação, a guerrilha, no Brasil, acabou se transformando na principal vítima do regime instalado após a deposição do presidente João Goulart. Nesse sentido, temas como a justiça de transição; a relação entre anistia, direitos humanos e reconciliação nacional; os relatos e os traumas decorrentes da tortura; as histórias da resistência à ditadura; a abertura e o acesso aos arquivos do regime militar; e o uso da violência revolucionária contra um Estado ilegal apareceram como eixos importantes da pesquisa acadêmica (Santos et al., 2009; Teles e Safatle, 2010).

Na pesquisa em que se baseia este trabalho, diferentemente, privilegiamos um tema que tem recebido menos atenção, especialmente nos estudos em Ciência Política: o uso político do passado a partir da experiência de luta contra a ditadura. Especificamente, nosso propósito tem sido refletir sobre o uso político da memória – neste caso, a memória sobre a história brasileira recente – em períodos eleitorais como uma forma de legitimação de si e de deslegitimação do adversário. Elegemos como nosso objeto de estudo a disputa presidencial de 2010 no Brasil, quando as biografias políticas dos dois principais candidatos à sucessão de Luís Inácio Lula da Silva (José Serra, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT, apoiada pelo então presidente) estiveram em confronto, particularmente no que dizia respeito à participação de ambos em movimentos de oposição à ditadura militar.

Na discussão sobre o uso político da história e a recuperação e reelaboração de certas memórias políticas acerca do período em questão, temos buscado enfatizar o papel da mídia brasileira no processo político-eleitoral – com foco na mídia impressa, nesse primeiro momento da pesquisa.

Nesse sentido, tem sido objeto de nossa preocupação compreender o papel que a mídia é capaz de exercer no processo político brasileiro quanto à reconstrução ou reafirmação de determinadas memórias que podem, a exemplo do que ocorreu em 2010 com relação à luta armada, ser utilizadas por políticos com o objetivo de fortalecer sua candidatura e/ou enfraquecer a de seu oponente.

Portanto, questões como a construção e reelaboração da memória social, o uso político da história e o papel político da mídia, dentre outros, aparecem, aqui, de maneira articulada, mobilizando temas e conceitos que estão em discussão tanto no campo da História como no da Ciência Política. Atualmente, no Brasil, os estudos na área de História com foco na chamada *História do Tempo Presente* (Bédarida, 1993) têm privilegiando de modo particular o período militar e a discussão sobre a questão da memória social construída a seu respeito. Por outro lado, não se verifica na Ciência Política estudos em número considerável que relacionam a questão da memória aos usos políticos do passado para fins eleitorais, tampouco associando este fenômeno ao papel da mídia nos processos político-eleitorais. Neste caso, as principais pesquisas na área têm focalizado muito mais a mídia com base na discussão sobre a qualidade da democracia e da representação política (Miguel e Biroli, 2010).

Em síntese, com nosso trabalho visamos discutir o papel político da mídia em relação a um tema pouco debatido no campo da Ciência Política, que é a memória social – em particular, a memória acerca da ditadura e da oposição ao regime de 1964. A seguir, recuperaremos as referências teóricas utilizadas na pesquisa e as principais idéias trazidas para o estudo a respeito da eleição presidencial de 2010 a partir das leituras já realizadas, além de destacar alguns aspectos fundamentais acerca da relação entre mídia, política e representações. Na parte final, faremos um balanço do que pode ser obtido a partir da pesquisa realizada até o momento e as perspectivas do estudo em curso. No caso específico da disputa presidencial de 2010 no Brasil, acreditamos que a mídia desempenhou um papel significativo para a difusão de certos elementos a respeito da biografia política dos dois principais candidatos a presidente; elementos esses que foram utilizados na luta política travada desde a pré-campanha por José Serra e Dilma Rousseff.

2. Principais conceitos utilizados

Um conceito fundamental para aquilo que examinamos é a noção de *democracia de público* formulada por Manin (1995). Este conceito, ao sublinhar a crescente pessoalização dos processos político-eleitorais e o protagonismo político da mídia nesse contexto, permite-nos situar melhor a importância conferida à biografia do candidato durante os períodos eleitorais (mas não exclusivamente), como ocorreu em 2010 no Brasil. Embora a tese de Manin, que apresenta a democracia de público como a continuidade histórica da democracia de partido, possa ser questionada com base na importância que os partidos políticos até hoje conservam no sistema político-eleitoral brasileiro, segundo a argumentação de alguns analistas (Braga e Pimentel, 2011), usaremos suas principais proposições como norteadoras desta pesquisa.

Defendendo a idéia de que uma crise dos partidos políticos teria aumentado “o abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados”, Manin (1995, p. 5) afirma que, sob a democracia de público, a ênfase, em termos de escolha de representantes, está mais no candidato do que no partido pelo qual ele se lança à disputa: “os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa”. Disso decorre que a biografia e os elementos associados à trajetória de vida política e pessoal dos candidatos ganham relevo se comparadas à plataforma partidária. “Cada vez mais”, segundo conclusão de Manin (1995, p. 25), “os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido”. A noção de democracia de *público* surge precisamente dos canais pelos quais os candidatos, nesse contexto de valorização de sua própria pessoa, utilizam para se comunicar com os eleitores: a televisão, a internet, etc. Conseqüentemente, passam a ser valorizados na democracia de público atributos muito diferentes de outros tipos de democracia, como a simpatia, a capacidade de se comunicar e a imagem do candidato.

Embora a ênfase, aqui, seja para a mídia impressa, vale recuperar também outro autor que destaca esse processo de pessoalização dos processos político-eleitorais, sublinhando o papel da televisão nesse contexto. Giovanni Sartori aponta na mesma direção de Manin ao observar que, nesse modelo de democracia, por ele chamada de *vídeopolítica*, os candidatos não

vencem a eleição em decorrência apenas de seu prestígio junto à base eleitoral, mas por sua capacidade em se comunicar melhor que o adversário, por seu domínio sobre as técnicas da mídia, por ser um comunicador – em resumo, se é um “telegênico” (Sartori, 2001, p. 93). Analisando o papel da televisão na relação entre eleitores e representantes, Sartori lembra que, nesse caso, as qualidades e os defeitos pessoais se tornam ainda mais evidentes. Quando um candidato se apresenta ao eleitor, o que vemos são indivíduos, não partidos; são atributos pessoais, não propostas partidárias, de tal forma que o vídeo ajuda a pessoalizar a campanha. Mais do que transmitir uma mensagem, aquele que se apresenta ao eleitor é a própria mensagem. A fala, os gestos, os movimentos do rosto, tudo isso dá forma ao discurso.

Ao mesmo tempo, Sartori lembra que o sistema eleitoral é uma variável importante para a “personalização da campanha” (p. 93). Quanto mais o sistema tende para o voto partidário, menor, segundo ele, é a possibilidade de a pessoa do candidato sobressair sobre a organização partidária. Neste ponto, portanto, uma outra variável – o sistema eleitoral – deve ser introduzida na discussão. A partir do trabalho de Nicolau (2010, p. 17), sabemos que o sistema majoritário é aquele que “tem o propósito de assegurar a representação do(s) candidato(s) mais votado(s) em uma eleição. No caso das eleições presidenciais, vários países utilizam o sistema majoritário para a indicação do presidente, dentre os quais o Brasil. A diferença entre eles está no fato de a eleição ocorrer em um turno apenas ou em dois; de o pleito ser direto ou contar com a participação do Congresso Nacional, como na Bolívia; ou, ainda, para que não haja segundo turno, o fato de o candidato vitorioso ter que receber mais de 50% dos votos (Brasil e outros); mais que 40%, com 5% de diferença sobre o segundo colocado (Argentina); ou pelo menos 35%, com 5% a mais que o segundo candidato mais votado (Nicarágua).

O sistema majoritário contribui para a pessoalização do processo político-eleitoral pois ressalta a figura do candidato mais que a de seu partido, além de centralizar as atenções na imagem de uma só pessoa, ao invés de destacar a legenda pela qual o candidato se lança à disputa². Paralelamente,

² Obviamente, essa conclusão têm exceções. O trabalho de Braga e Pimentel, já citado, destaca o papel que os partidos políticos PSDB e PT possuem, em termos nacionais, na orientação das preferências do eleitor brasileiro.

duas observações ainda precisam ser feitas. De um lado, lembrar que o sistema majoritário não é o único a contribuir para a pessoalização da política. Ao menos da maneira como funciona no Brasil, onde é combinado com lista aberta, a permissão para coligações partidárias, a inexistência de cálculo de distribuição dos votos dentro da coligação e a fórmula adotada para distribuição das cadeiras no Legislativo, também o sistema proporcional pode desempenhar um importante papel nesse sentido. De outro lado, a alegada fraqueza dos partidos políticos brasileiros (Mainwaring, 1993; Lucas e Samuels, 2011), em parte decorrente das próprias características do sistema eleitoral adotado no país, constitui um fator a mais na pessoalização dos processos político-eleitorais.

Apesar de comumente estar associado ao protagonismo de determinados veículos de mídia, como a televisão (além da emergência do chamado *marketing político*), esse fenômeno não é algo recente na história brasileira, fazendo parte da própria cultura política do país. Ao relacionar a cultura política ao comportamento do eleitor brasileiro, Borba (2005) traz pistas que podem ser bastante úteis para matizar o próprio conceito de democracia de público empregada nesta pesquisa. O autor recupera a expressão “síndrome do Flamengo”, cunhada pelo cientista político Fábio Wanderley Reis (2000), para destacar a baixa do eleitor brasileiro em formular sólidas opiniões acerca dos problemas políticos do país, a partir das quais ele tomará sua decisão³. Com isso, Borba reforça a tese de que o eleitor brasileiro tem uma cultura política historicamente personalista, a partir da qual são valorizados atributos essencialmente ligados à pessoa do representante político, tais como à capacidade de governar e à escolaridade.

Embora reconhecendo que a pessoalização dos processos político-eleitorais dizem respeito às democracias avançadas como um todo, Borba lembra que “a explicação para o personalismo do eleitor brasileiro e a estruturação do voto guiada por atributos e imagens deve ser buscada na história do país e no seu impacto na conformação dos principais aspectos de sua cultura política” (Borba, 2005, p. 163). Com base no trabalho do autor, é

³ Para uma visão alternativa, que destaca a avaliação ideológica e não apenas (ou não fundamentalmente) pessoalizada do eleitor brasileiro, ver Singer (2009).

possível concluir que a maioria do eleitor brasileiro caracteriza-se pelo baixo grau de informação, pela baixa estruturação das opiniões políticas e pelo fato de a decisão do voto estar fundamentada sobretudo em “imagens políticas e avaliações que o eleitor faz de algumas características pessoais dos candidatos em disputa” (Borba, 2005, p. 161).

Essas observações remetem a outras duas questões abordadas na pesquisa, que são a biografia e a memória social. Isso porque a pessoalização dos processos político-eleitorais, a ênfase na pessoal do representante político e a formação de opiniões políticas a partir de imagens difundidas a respeito do próprio representante pode nos ajudar a compreender melhor a conjuntura política de 2010 no Brasil, o confronto de biografias entre Serra e Dilma, as imagens acerca dos candidatos do PSDB e do PT, bem como a presença dessas imagens na memória social da história recente do Brasil.

A discussão sobre biografia teve como referência a longa discussão no campo da História – especialmente da História Política – a respeito da biografia como gênero da escrita histórica. A biografia sempre ocupou um lugar destacado na história política tradicional, a que se contrapuseram os historiadores que na primeira metade do século XX buscaram renovar o fazer história pelo diálogo com as Ciências Sociais. Escrita a fim de exaltar os ocupantes de postos de poder, a biografia tradicional tendia a supervalorizar as grandes personagens, sem problematizações a propósito de seu objeto, de suas fontes e de seu procedimento. Abandonada, a biografia voltou à moda mais recentemente, porém, dentro de uma nova perspectiva, renovada pelos debates ocorridos dentro da História ao longo do século XX – e em diálogo com a Sociologia, principalmente (Levillain, 2003 e Avelar, 2010). Seja por que a esterilidade político-ideológica atual desperte algum interesse pelas trajetórias de sucesso, que podem servir de inspiração aos contemporâneos, seja pela simples curiosidade a respeito da vida alheia, por um voyeurismo que em tudo quer conhecer o outro (Schimdt, 1997), o fato é que a biografia voltou a atrair o interesse dos historiadores. Ao mesmo tempo, as considerações de Bourdieu (2010) acerca da “ilusão biográfica” servirão para balizar a pesquisa no tocante à discussão sobre as biografias dos dois principais candidatos a presidente da República em 2010.

Com relação à memória, esta é entendida, aqui, como a “presença do passado” (Rousso, 2006), uma presença móvel, já que está constantemente em disputa. A memória constitui uma operação intelectual e social, em sua dimensão individual e coletiva, respectivamente, que implica na formulação de uma representação do passado a que ela se refere. Contudo, a imagem do passado produzida no presente nunca é igual aos fatos tal como eles aconteceram. A representação acerca dos acontecimentos anteriores diz respeito a um sujeito inserido num contexto social, familiar ou social, e tem como função permitir a continuidade do tempo, resistindo à alteridade, e não reproduzir de maneira fidedigna a totalidade do passado. No caso brasileiro, particularmente, a construção da memória social a respeito da ditadura ocorreu num momento de ruptura político-institucional, que freqüentemente abrem oportunidades para uso político da memória (Seixas, 2004), de forma que esse *continuun* entre passado e presente precisou levar em consideração a fissura entre ditadura e democracia. No caso dos ex-guerrilheiros, o que estava em jogo era a “busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente” (Rollemberg, 2003); isso é, seu envolvimento na luta armada e, mais tarde, na luta democrática. Trata-se de um conceito polissêmico, que remete a diversos fenômenos, e que aqui será empregado para pensar um deles, que é a mobilização política da história (Lavabre, 2000).

3. Mídia, política e representações

Todas as considerações teóricas feitas no tópico anterior estão sendo relacionadas, nesta pesquisa, ao debate sobre a relação entre mídia e política, com destaque para o caso brasileiro. Como Chaia (2007, p. 7) destaca, “a relação entre mídia e política deve ser analisada como produto de nossa época histórica, onde predomina uma sociedade centrada nos meios de comunicação, que modifica comportamentos, constrói representações e estabelece novas configurações na democracia”. Nesse sentido, cabe observar que nossa preocupação orienta-se precisamente para esses três elementos. A pesquisa busca refletir sobre o papel da mídia na recuperação e reelaboração de determinadas memórias históricas (portanto, na construção de representações

políticas) e sua repercussão para o comportamento do eleitor (e dos representantes) no regime democrático. Chaia ressalta que, nos estudos sobre mídia e política, é essencial a preocupação em entender esses meios de comunicação como “responsáveis pela construção de representações sociais” que “influenciarão a nossa concepção da política e dos políticos” (pp. 7-8).

Vários autores, a exemplo de Fonseca (2004), já destacaram a centralidade da mídia no mundo contemporâneo, e o papel político decisivo que ela pode exercer nas democracias atuais, dado o seu papel de mediadora entre a esfera pública e a esfera privada. No mesmo sentido, Miguel (2002) chamada a atenção para o fato de que tal centralidade, combinada com a natureza essencialmente capitalista da mídia, não permite que a representação política desempenhada pela mídia (cujo papel, associado à imagem de sua suposta imparcialidade, ela insiste em reforçar), “não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade” (p. 163). Assim, embora constituam uma esfera da representação política, os meios de comunicação “reproduzem mal a diversidade social”. As representações sociais criadas pela mídia (Miguel, 2007), portanto, longe de serem naturais, respondem ao caráter algo enviesado de sua própria função de representante política.

O importante para aquilo que discutimos aqui, entretanto, é menos as discrepâncias entre o espaço ocupado pela mídia e a pluralidade que ela pode expressar – ou mesmo a necessidade de mecanismos liberais de *checks and balances* – e mais o papel que ela desempenha como formadora de representações sociais, com evidentes repercussões no campo da política, dado o que foi dito até aqui acerca da relação entre mídia e política. Neste ponto, é preciso retornar à questão da memória social para refletir sobre o papel da mídia em processos político-eleitorais. O trabalho de Levi (2001) sobre o uso político do passado nos oferece orientações importantes para o exame do momento atual com respeito ao assunto, momento esse que se caracteriza pela fragmentação da memória numa ordem social de escala mundial que confere grande valor à individualidade – e à individualização, por consequência.

Segundo Levi, o mundo contemporâneo tem assistido a uma transformação radical na relação entre *história* e *leitor* derivada da perda do monopólio do livro, conquistado com a invenção e difusão da imprensa. Paralelamente, outros canais de comunicação, como os jornais, a televisão e,

mais recentemente, a internet, ganharam cada vez mais espaço, trazendo um conjunto de informações cuja linguagem, simplificada e rápida, é bem diferente daquela usada pela história e pelos historiadores, mas que influi sobre o mesmo grupo ao qual se destina o discurso do historiador (e do cientista social, de modo amplo). Desse modo, passamos a ter uma rivalidade dentro de um mesmo mercado leitor entre a linguagem da história e aquela das mídias. A escola, que, em tese, serviria para vulgarizar o conhecimento histórico em toda sua complexidade, também se encontra determinada pela abundância de informações – absolutamente incontroláveis – quase que instantaneamente ultrapassadas por outras mais recentes, reforçando o imediatismo do momento atual.

A mudança dos meios e das formas de difusão das informações foi acompanhada por deslocamentos também em seu modo de recepção. O processo de individualização, de privatização da experiência, produziu uma memória fragmentada, individualizada, em oposição à memória *social*: “É a memória de cada um, não aquela de um grupo ou de um povo, que entra continuamente em cena: não mais a história comunicável, mas uma autobiografia, não mais o passado da sociedade, mas uma miríade de fragmentos e objetos separados” (Levi, 2001, p. 32). É com essa memória individualizada, mas preenchida de informações abundantes e incontroláveis, que se depara o historiador e o cientista social: uma memória que em tudo tende simplificar, criando estereótipos que expõe toda a fragmentação da sociedade em que se insere a memória; suscetível a formas bastante simplificadas de representação do passado, feito de *slogans* e mitos vazios de conteúdo, que nem por isso têm menos poder de mobilização. Nesse quadro, a mídia tem desempenhado um papel central na difusão de informações e contra-informações que, lançadas sob uma sociedade cuja memória se encontra fragmentada, produzem versões da história de evidente uso político em períodos de eleição, como é o caso.

4. Considerações finais e perspectivas da pesquisa

A pesquisa em que se baseia este trabalho foi dividida em duas etapas. A primeira fase, cujos resultados apresentamos acima, consistiu na sistematização dos principais conceitos teóricos úteis à discussão sobre mídia, política e memória. Nesse sentido, buscamos localizar o papel da mídia na individualização dos processos político-eleitorais a partir de um quadro de referências – a democracia de público – que nos permitisse compreender melhor a importância que os meios de comunicação possuem na ênfase dos candidatos mais do que a ênfase em seus respectivos partidos.

A partir disso, foi possível pensar, ainda, sobre o papel da biografia, tanto no campo da História como no das Ciências Sociais de modo amplo, onde a discussão sobre a relação indivíduo-estrutura é longa e complexa. Ao mesmo tempo, as análises sobre memória puderam se beneficiar da discussão mais propriamente política, sendo inserida, por sua vez, dentro de uma teoria social que evidencia o caráter fragmentado da memória e sua suscetibilidade a versões simplificadoras do passado. Finalmente, o conceito de cultura política aplicado ao caso brasileiro também nos ajudou a compreender melhor as particularidades do caso do Brasil quanto à individualização dos processos político-eleitorais.

Na segunda fase da pesquisa, a ser realizada no segundo semestre de 2012, as atividades estão divididas em dois momentos. No primeiro, buscaremos aprofundar as leituras e análises a respeito da mídia, com destaque para o caso do Brasil. Buscaremos identificar os padrões de participação da mídia brasileira na política recente, em especial nos momentos de eleição. Isso nos permitirá comparar esse padrão ao da eleição presidencial de 2010, a fim de verificar se aquele pleito constituiu uma exceção ou se, ao contrário, ele confirma o tipo de envolvimento da mídia brasileiro nos processos político-eleitorais. Tudo isso será feito tendo em vista o conjunto de conceitos teóricos já mencionados, com especial atenção para o conceito de memória. A análise sobre o envolvimento da mídia na política contemporânea brasileira terá como referência o papel que ela pode exercer na recuperação e reelaboração da memórias que puderam ser usadas politicamente.

O segundo momento será dedicado à análise documento propriamente dita. Faremos um exame e uma seleção das reportagens publicadas pela mídia impressa (jornais e revistas) a respeito dos dois principais candidatos a presidência da República em 2010. Como corte temporal, incluiremos o período da pré-campanha, iniciando a análise nos momentos em que a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff despontava como candidata do presidente Lula à sua sucessão. Nosso objetivo, com essa investigação documental, será verificar o modo como a mídia retratou o passado, a biografia, de cada um dos candidatos, e como isso pode ser utilizado na luta política travada ao longo da pré-campanha e da campanha de 2010. Com isso, buscamos também verificar até que ponto podem ser aplicados os conceitos e as conclusões já apresentadas até aqui acerca da última eleição presidencial no Brasil.

5. Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção – Homo Sacer*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, luta armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, vol. 24, 2010, pp. 157-172.
- BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: Institut d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Éditions, 1993.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n. 1, março de 2005, pp. 147-168.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2010, pp. 74-82.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR., Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, 2011, pp. 271-303.
- CHAIA, Vera. Relação entre mídia e política. *Aurora – Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, n. 1, 2007, pp. 7-8.
- LAVABRE, Marie-Claire. Usages et mésusages de la notion de mémoire. *Critique Internationale*, Paris, vol. 7, n. 7, 2000, pp. 48-57.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 141-184.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro – 1990-2009. In: POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar (Orgs.) *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, pp. 61-103.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 28-29, 1993, pp. 21-74

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, 1995, pp. 5-34.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.) *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, vol. 56, 2002, pp. 155-184.

_____. Mídia e opinião pública. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Editora da Unesp, 2007, pp. 403-415.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais: uma introdução*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

REIS, Fábio Wanderley. Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: EDUSP, 2000.

RIDENTI, Marcelo. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 259-295.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em finais do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 93-101.

SANTOS, Cecília MacDowell et al. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, 2 vols. São Paulo: Hucitec: 2009.

SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas, aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997, pp. 3-21.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, 2009, pp. 83-102.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória*

e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 37-58.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.